COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 3.393, DE 2015

Institui regras de segurança de trocadores para crianças.

Autor: Deputado CARLOS ANDRADE

Relator: Deputado DR. JORGE SILVA

I – RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe tem por objetivo determinar que os móveis trocadores para crianças possuam cinto de segurança, base antiderrapante e elevações nas laterais. Estabelece, ainda, a necessidade de tais produtos virem acompanhados de manual contendo instruções básicas de segurança para a criança.

O autor da proposta, Deputado Carlos Andrade, aponta estudo realizado pela Sociedade Brasileira de Pediatria, segundo o qual 35% das quedas de crianças registradas na pesquisa são provenientes de móveis utilizados como trocadores. Alerta que as lesões decorrentes de quedas de trocadores podem envolver feridas abertas, fraturas, traumatismo craniano, danos em órgãos internos e até mesmo o óbito. De tais fatos, extrai a necessidade de regulamentação da matéria, atualmente inexistente no Brasil.

A proposição tramita sob o rito ordinário, havendo sido distribuída para a análise conclusiva da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) e a este órgão colegiado, para apreciação de mérito, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para a análise de admissibilidade.

Na CDEICS, o projeto recebeu parecer pela aprovação, onde se consignou ser a proposta instrumento importante para que a sociedade e os

órgãos de controle possam exigir equipamentos que garantam maior segurança e proteção dos bebês.

Escoado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A proposição, que pretende inserir cinto de segurança, base antiderrapante e elevações laterais como itens de segurança aos móveis trocadores de criança, deve ser analisada nesta comissão do ponto de vista dos direitos da criança (RI, art. 32, XVII, t).

A matéria veiculada na proposição em análise é relevante, pois vai ao encontro do comando constitucional que impõe ao Estado, à sociedade e à família assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à vida e à saúde (CF, art. 227). Tanto a Lei Maior como a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças consagram a doutrina da proteção integral da criança, que se estrutura nos seguintes pilares: (1) crianças são sujeitos de direitos; (2) encontram-se em condição peculiar de desenvolvimento e (3) devendo ser garantidos, com prioridade absoluta, seus direitos fundamentais. Assim, a proteção a ser assegurada pela legislação abrange os mais diferentes aspectos da vida da criança. A maior vulnerabilidade das pessoas em tal estágio de desenvolvimento impõe ao Estado atuar com especial atenção para solucionar os problemas que possam fragilizar o gozo de direitos garantidos pela Constituição.

Convém ressaltar que especial proteção deve ser dispensada às crianças de até seis anos de idade, compromisso expressamente firmado por ocasião da promulgação da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 – Estatuto da Primeira Infância. Especificamente no que concerne à matéria objeto de apreciação, dispõe o artigo 5º da Lei:

Art. 5º Constituem áreas prioritárias para as políticas públicas para a primeira infância a saúde, a alimentação e a nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente, bem como a proteção contra toda forma de violência e

de pressão consumista, **a prevenção de acidentes** e a adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica.

Observa-se que a preocupação do Congresso Nacional em relação à prevenção de acidentes de crianças nessa faixa etária já consta da legislação em vigor. Não há, portanto, como fechar os olhos à necessidade de normas que concretizem tal direito em relação a produtos disponibilizados no mercado de consumo. Naturalmente, produtos destinados a atender crianças, sobretudo as que se encontrem na primeira infância, devem observar requisitos de segurança mais rigorosos que demais ofertados no mercado.

Assim, há especificidades a serem observadas pelos fabricantes de “bebês conforto” e “cadeirinhas” utilizados por crianças de até quatro anos de idade em veículos automotores; de brinquedos no que diz respeito ao formato, ao material e aos ruídos por eles produzidos; de carrinhos de bebê; de berços etc.

Em relação à mercadoria aqui considerada – o trocador –, há de se aplicar exigências semelhantes, cercando de cuidados as crianças em fase de tamanha fragilidade física. Nesse sentido, as manifestações colhidas durante a tramitação deste projeto demonstram a necessidade de normas de segurança do produto – destacadamente a pesquisa da Sociedade Brasileira de Pediatria, em hospital do estado de São Paulo, a qual revelou que 35% das crianças internadas em Unidade de Tratamento Intensivo caíram de trocadores.¹ Diante de tais fatos, é de inegável relevância a tomada de providências legislativas no sentido de mitigar o problema, especialmente ante a inércia do Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia) em fazê-lo.

Ante o exposto, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 3.393, de 2015.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado DR. JORGE SILVA
Relator

¹ <http://www.sbp.com.br/saiu-na-imprensa/sociedade-de-pediatria-alerta-para-perigo-de-bebe-cair-do-trocador/>

2016-15841.docx